

## A MULHER CUIABANA NA IMPRENSA: ELAS NOS DISCURSOS DO JORNAL *A CRUZ* E DA REVISTA *A VIOLETA* (1916 – 1934)

THE CUIABANA WOMAN IN THE PRESS: THEM IN THE SPEECHES OF THE NEWSPAPER *A CRUZ* AND THE MAGAZINE *A VIOLETA* (1916 – 1934)

Suellen Patrícia Borges Amorim<sup>1</sup>

**Resumo:** Quando se fala sobre mulher x imprensa encontramos uma gama de pesquisas acadêmicas que versam sobre o assunto. Assim, o objetivo deste artigo é analisar os discursos proferidos pelo jornal católico *A Cruz* e a revista feminina *A Violeta* sobre a representação feminina na sociedade cuiabana entre 1916 e 1934. O recorte temporal está centrado entre os anos de 1916 e 1934. O recorte foi escolhido desse modo, pois, 1916 é quando a revista feminina *A Violeta* começa a circular na capital e 1934 por ser o ano em que é promulgado na constituição o direito ao voto feminino. A análise das narrativas é de caráter qualitativo. Desse modo, este artigo pretende mostrar como a imprensa e o seu discurso influenciavam o comportamento da sociedade da época.

**Palavras-chave:** gênero; imprensa; Cuiabá.

**Abstract:** When talking about women x press we find a range of academic research on the subject. Thus, the objective of this article is to analyze the speeches made by the Catholic newspaper *A Cruz* and the women's magazine *A Violeta* about the female representation in Cuiabana society between 1916 and 1934. The time frame is centered between the years 1916 and 1934. The period was chosen this way because 1916 is when the women's magazine *A Violeta* started to circulate in the capital and 1934 because it was the year in which the right to vote for women was promulgated in the constitution. The analysis of the narratives is qualitative. In this way, this article intends to show how the press and its discourse influenced the behavior of society at the time.

**Keywords:** gender; press; Cuiabá.

<sup>1</sup> Graduada em licenciatura em história pela Universidade Federal de Mato Grosso. Mestranda em história pelo Programa de Pós-Graduação em História, campus Cuiabá na linha de pesquisa “Fronteiras, Identidades e Culturas”, sob orientação da Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Ana Maria Marques. Email: suellenp.borges.amorim@gmail.com.

## INTRODUÇÃO

Com a virada do século XIX para o XX, ocorreram mudanças significativas na estrutura do país. Temos, por exemplo, a Proclamação da República, que ocorreu em 15 de novembro de 1889. Além disso, aconteceram outros marcos importantes, como por exemplo, a institucionalização da liberdade religiosa no país, isto é o Brasil passou a ser um Estado Laico. Algo que não foi bem aceito pela Igreja Católica, uma vez que, ela perderia a grande influência que outrora exercia na sociedade.

É devido aos ideários positivistas que circulavam pelo Império que ele foi enfraquecido até que fosse ‘derrotado’. O projeto do positivismo do filósofo francês Auguste Comte, chegou ao país em meados do século XIX. Esses conceitos, vieram com os brasileiros que iam para a Europa e com os europeus que chegavam ao Brasil. Prova disso, são os dizeres da nossa bandeira nacional: ordem e progresso.

Uma figura importante na propagação das ideias positivista, é Benjamin Constat. Utilizando de seu prestígio de professor da Escola Militar difundia no âmbito educacional e político o pensamento de Comte. Constat pregava além do positivismo, os ideais republicanos (MARTINS, 2015, p. 227).

Por ser uma região de fronteira, Mato Grosso tinha uma quantidade elevada de militares. Eles recebiam dentro da própria instituição militar, a influência do positivismo. Uma das figuras mato-grossense mais conhecida, é um belo exemplo disso, o Marechal Cândido Rondon. Ademais de participar da divulgação, Rondon também era membro da Igreja Positivista, além de ser um indivíduo não só respeitado como também influente na sociedade local (SANTOS, 2010, p. 15).

Porém, não podemos nos enganar, achando que com a propagação do positivismo o declínio da Monarquia tenha sido célere, pois os acontecimentos não se sucederam assim. A queda da Monarquia teve um processo gradativo e com acontecimentos que a enfraqueceram como, por exemplo, a Guerra do Paraguai e a abolição da escravatura. Muitos estudiosos do período consideram a implantação da República é fruto de um golpe. Celso Castro, um desses estudiosos, afirma que o “O golpe republicano foi militar, em sua organização e execução; políticos republicanos civis tiveram um papel importante apenas na organização do novo regime, não antes” (CASTRO, 2000, p. 61-62).

A notícia de que não havia mais uma monarquia e sim, uma república, chegou à Cuiabá quase um mês depois do acontecido, no dia 08 de dezembro. A novidade chegou através de um pacote vindo do Rio de Janeiro. Para além da novidade de que ocorrera a Proclamação da República, trouxe também a nomeação de Antônio Maria Coelho para que ele fosse o primeiro Presidente de Estado de Mato Grosso – a nomeação feita por Marechal Deodoro (FRANCO, 2013, p. 02-03).

Dentro dessas mudanças que aconteceram no país, há um ponto que não podemos de deixar de salientar nesse processo todo, que é a questão dos discursos das práticas eugenistas<sup>2</sup>. O governo republicano queria que esses acontecimentos fossem diferentes da monarquia e dessa maneira, procurou agilizar esses discursos. Porém, essa prática não trouxe o resultado esperado, e sim, uma segregação muito mais evidenciada. Os discursos eugênicos já estavam postos desde a monarquia, porém a república reforçou os mesmos. As mulheres eram uma de suas vítimas principais. Sobre elas, Margareth Rago diz que,

[...] a responsável pela saúde das crianças e do marido, pela felicidade da família e pela higiene do lar, num momento em que cresce a obsessão contra os micróbios, a poeira, o lixo e tudo que facilita a propagação das doenças contagiosas. A casa é considerada o lugar privilegiado onde se forma o caráter das crianças, onde se adquirem os traços que definirão a conduta da nova força de trabalho do país. Daí a enorme responsabilidade moral atribuída à mulher para o engrandecimento da nação (RAGO, 1985, p.80).

---

<sup>2</sup> “Os movimentos eugênicos ocorreram em diversos locais do mundo e foram organizados em países com diferentes nacionalidades, tradições e formas de governo. No contexto do surgimento desses movimentos vale destacar a incorporação de teorias biológicas e evolutivas no discurso eugênico.[...] A Eugenia, como a concebemos dentro do universo da história da saúde, tem seu termo cunhado por Francis Galton (1822-1911), nascido na Inglaterra, que presenciou seu país tornarse a maior potência econômica do mundo sendo a grande vanguarda do capitalismo e uma potência imperial. [...] O fato é que a eugenia foi incorporada por ideologias fascistas, regimes liberais, democráticos, de bem estar social e comunistas. Os projetos em cada local, foram distintos, mas relacionados ao aperfeiçoamento da nação a partir de interferências de bases biológicas.[...] A eugenia no Brasil e sua linguagem, bem como os seus conceitos, a partir de 1910 em um contexto de intensos debates acerca das identidades nacionais e consequente nacionalismo pós-primeira guerra mundial. Nesse processo, o Brasil esteve em sintonia com a institucionalização da eugenia no mundo. No Brasil, a Eugenia esteve ligada a vários fatores, entre eles a entrada do Brasil na Primeira Guerra Mundial, com vistas a formação de um exército forte; com a questão social brasileira, onde a presença de indígenas, africanos e uma mescla de nacionalidades conflitavam em um contexto de pobreza, doenças, criminalidade e um clima tropical; com um entudiasmo das elites intelectuais brasileiras pela ciência, esta, que representava a modernidade; por fim o papel da miscigenação racial exposto em teses nacionais e estrangeiras expõe um Brasil: pobre, miscigenado e tropical. [...] O movimento eugênico no Brasil foi formado por médicos, juristas, educadores e higienistas. Os debates transitaram entre temas como saúde pública, higiene, saneamento, educação e também a própria formação da nacionalidade, uma vez que o fato de o Brasil ser uma das nações mais miscigenadas do mundo, indicavam, segundo esses especialistas, uma necessidade de ampliar as reformas do ambiente social, uma vez que boa parte dos eugenistas brasileiros foram influenciados por tendências neolamarckiana, onde a crença de que mudanças no meio social trariam melhoras quali e quantitativas às futuras gerações. [...] A eugenia no início do século XIX no Brasil envolveu discussões e potencializou projetos que foram fomentados no âmbito de temas como educação exual, educação matrimonial, educação higiênica, saúde pública e saneamento, sendo incorporada nas políticas públicas do país uma agenda sanitaria onde intelectuais viram no processo de reforma da saúde pública um meio de transformação social”. BOLONHEZI, Camilla Samira de Simoni. *A eugenia no Brasil como um elemento de uma cultura política autoritária*. In: XVIII Encontro Regional de História da ANPUH-PR, Nação, Povos e Territórios - Configurações e Reconfigurações. Foz do Iguaçu, 07 a 10 de Setembro de 2022 ISBN: 978-65-00-59140-8. Disponível em: <[https://www.encontro2022.pr.anpuh.org/resources/anais/14/anpuh-pr-erh2022/1662480761\\_ARQUIVO\\_e0ac115ff3102188c8ac58c3656fbc2c.pdf](https://www.encontro2022.pr.anpuh.org/resources/anais/14/anpuh-pr-erh2022/1662480761_ARQUIVO_e0ac115ff3102188c8ac58c3656fbc2c.pdf)>. Acesso em 06 de julho de 2023. Sugerimos a leitura também de LUPPI, Sheila Cristina Alves de Lima. *A eugenia e o projeto de aperfeiçoamento do povo brasileiro. 1900-1933*. In: ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História – Fortaleza, 2009.. Disponível em: <[https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772004\\_0b398079f34cbff978453633d8dbc159.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772004_0b398079f34cbff978453633d8dbc159.pdf)>. Acesso em 06 de julho de 2023.

Em Cuiabá temos dois versadores: O jornal católico *A Cruz* e uma das figuras mais ilustre da cidade, o político, jornalista e advogado, José Barnabé de Mesquita<sup>3</sup>. *A Cruz* fazia, por meio do jornal, o combate a imoralidade a partir da política de higienização do corpo social e tinha como justificativa que “a medida que se acreditava que para ter sucesso e prosperidade, era necessário a eliminação de todo tipo de degenerescência por meio do controle sexual e da educação moral” (SOUZA, 2019, p. 30).

Mesquita fazia seus discursos a partir de seus escritos. Exemplo disso, é a obra *Gente e coisas de antanho* (1978), que discute como os negros, os indígenas e os mestiços eram aqueles os que estavam mais propensos à política eugenista, tanto por causa da etnia como também por serem pobres.

A prática eugenista foi disseminada em vários espaços de poder e de saber, fundamentados em pressupostos científicos. O discurso da eugenia, em muitas situações, possibilitou a construção do controle social em Cuiabá e como técnica de controle tanto da ordem quanto da disciplina.

Em um espaço controlado pelas leis, pelas representações e também pelos discursos, as mulheres se viam enredada nos modelos e costumes produzidos socialmente. Todos esses mecanismos atuam como controladores delas e compoem o mecanismo do patriarcado.

Assim, percebemos que no decorrer da história, que as mulheres, no Brasil, foram impedidas de exercer sua cidadania, e mais, vetadas de atuar e ocupar cargos em diferentes espaços e papéis sociais. Por séculos, as mulheres estiveram restritas a apenas um lugar, o seu lar. Foi preciso muita luta para conseguir mudanças que aconteceram de forma lenta, uma vez que elas sempre foram consideradas inaptas a ocuparem os espaços públicos. Um exemplo claro que podemos citar, é a própria Proclamação da República, pois mesmo com um novo modelo de governo e uma nova Constituição, elas não ocuparam a esfera pública e continuaram no privado, designada ao seu papel social. O voto é uma prova disso, dado que o voto só lhe foi assegurado mais de 40 após o advento da República. Isto é devido à estrutura política e social, foi construída ao longo dos tempos a valorização do papel do homem e o seu poder universal sobre as mulheres, resultando em relações de violências e dominação. O patriarcalismo como padrão do comportamento social e cultural foi intransigente, na medida, em que enalteceu a supremacia do sexo masculino. Ainda hoje, na sociedade, as mulheres são vistas, muitas vezes, como inferiores, mesmo tendo conseguido, com

---

<sup>3</sup> Nasceu em 10 de março de 1892, em Cuiabá, filho de José Barnabé de Mesquita (Senior) e Maria Cerqueira de Mesquita. Bacharel em Ciências e Letras, pelo Liceu Salesiano São Gonçalo de Cuiabá (1907) e em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo (1913). professor de português da Escola Normal de Cuiabá, procurador-geral do Estado de Mato Grosso, professor da faculdade de Direito, desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso e também foi membro fundador da Academia mato-grossense de Letras. Foi um dos redatores do jornal católico *A Cruz*. Faleceu no dia 22 junho de 1961, na capital Cuiabá. Para saber mais sobre a vida de José Barnabé de Mesquita, ver a obra “*Gente e coisas de antanho*”, no campo: “Dados biográficos”, p. 07-12.

resistência, garantias de direitos e igualdades, como o voto. Mesmo que as instituições de poder as tenham silenciado, é válido lembrar, que as mulheres sempre se fizeram presentes na história, independentemente do lugar social e temporal.

Analisar os discursos do jornal *A Cruz* e da revista *A Violeta* acerca da representação feminina na sociedade cuiabana entre 1916 e 1934 é o objetivo desse artigo. Assim, busca-se perceber como essa representação feminina é retratada nas publicações do jornal e da revista.

Há de se destacar também, que este artigo – fruto de minha pesquisa no mestrado – tem um caráter qualitativo. Ou seja, de leitura e de análise dos discursos das fontes, tal como o jornal *A Cruz* e a revista *A Violeta*. Dessa maneira, a socióloga Maria Cecília de Souza Minayo (2009) destaca que em pesquisas qualitativas as relações, os processos são parte da realidade social porque o ser humano compartilha com o seu semelhante as suas vivências.

Assim esse artigo se justifica pela ampla necessidade que se tem em pesquisar e discutir a respeito da mulher na sociedade do período citado, o papel dela ontem e hoje na sociedade, além do mais, também se visa ampliar o debate sobre a temática de gênero.

Além disso, há um aporte em teóricos como Maria Helena Capelato, Joan Scott, Pierre Bourdieu, Michel Foucault, Michelle Perrot, Ochy Curriel, Ana Maria Marques, Margareth Rago, Mary Del Priore, entre tantos outros que auxiliam na produção deste escrito.

Nos tópicos seguintes, veremos como a imprensa, por meio da revista e o jornal apresentam essas mulheres. Cabe aqui, ressaltarmos, que a principal linha de pesquisa se embasa nas relações gênero da cuiabania, bem como, os efeitos discursivos entre os dois meios de comunicação aqui escolhidos: a revista *A Violeta* e o jornal *A Cruz*.

## **LUGAR DE MULHER É ONDE ELA QUISER: ELAS NA IMPRENSA**

Com a chegada da República, temos o que podemos chamar de 'partida' para o progresso e para o moderno e a imprensa foi um dos, senão o principal, meio para que seus ideais e ideias fossem propagadas. A imprensa, de certa maneira, modificou o comportamento de uma parcela da sociedade, pois ela representa e constrói identidades. Nesse sentido, Maria Helena Capelato diz que “a imprensa registra, comenta e participa da história. Através dela se trava uma constante batalha pela conquista dos corações e mentes” (CAPELATO, 1988, p. 13).

Embasando-se na ideia de que os jornais e revistas não são imparciais, mas ao contrário, eles são cheios de seus vícios, ao analisarmos o discurso dos periódicos, a linguista Bethânia Sampaio Corrêa Mariani diz que,

Analisar o discurso jornalístico é considerá-lo do ponto de vista do funcionamento imaginário de uma época: o discurso jornalístico tanto se comporta como uma prática social produtora de sentidos como também, direta e indiretamente, veicula várias vozes constitutivas daquele

imaginário. Em suma, o discurso jornalístico (assim como qualquer outra prática discursiva) integra uma sociedade, sua história. Mas ele também é história, ou melhor, ele está entranhado de Historicidade (MARIANI, 2001, p. 33).

Para Tânia Regina de Luca,

[...] a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público. O historiador, de sua parte, dispõe de ferramentas provenientes da análise do discurso que problematizam a identificação imediata e linear entre a narração do acontecimento e o próprio acontecimento, questão, aliás, que está longe de ser exclusiva do texto da imprensa. (LUCA, 2010, p. 139)

Sobre a mulher a mulher na imprensa, Michelle Perrot diz que,

[...] A história das mulheres mudou. Em seus objetos, em seus pontos de vista. Partiu de uma história do corpo e dos papéis desempenhados na vida privada para chegar a uma história das mulheres no espaço público da cidade, do trabalho, da política, da guerra, da criação. Partiu de uma história das mulheres vítimas para chegar a uma história das mulheres mais ativas, nas múltiplas interações que provocam a mudança. Partiu de uma história das mulheres para tornar-se mais especificamente uma história do gênero, que insiste nas relações entre os sexos e integra a masculinidade. Alargou suas perspectivas espaciais, religiosas, culturais. (PERROT, 2007, p. 15-16)

Por isso, que para Perrot, é preciso mostrarmos as diversidades do dia-a-dia das mulheres, seja ele em ambiente privado ou ambiente público.

A presença feminina na imprensa, bem como, a presença delas em outros recintos como o trabalho, retrata uma conquista de novos espaços, além disso, elas começam a acabar com a rotulação sobre sua essência natural e sobre a sua conduta feminina em razão do seu sexo biológico. Sobre isso, Pierre Bordieu diz que “a divisão entre os sexos parece ‘estar na ordem das coisas’, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável” e que “adquire, assim, todo um reconhecimento de legitimação”. (BOURDIEU, 2007, p. 17)

Diante do poder da imprensa em formar opiniões, ela passa a ser um dispositivo tanto de pesquisa quanto de estudo. Por isso, é que Jacques Le Goff afirma que “[...] o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder” (LE GOFF, 1990, 535-536). Dessa maneira, percebemos que a cuiabania era um fruto desses discursos da imprensa local que em muitas vezes em suas publicações, falava sobre comportamento.

Mato Grosso tinha sincronia com as outras imprensas do país, pois, a sua imprensa exerceu um papel significativo, fazendo o papel de agente de transformação de modernidade, pois fazia divulgação de diversos temas. Vale destacar, que o ‘discurso impresso’ chegava aos diversos cantos do estado e dando assim, um ar de progresso e civilização ‘aos confins do sertão’.

De acordo com a historiadora Cibele de Moraes (2003), entre os idos de 1839 e 1878, no estado de Mato Grosso circulava em média 13 jornais. Já nas décadas seguintes, entre 1878 e 1920,

esse número aumenta para incríveis 73 jornais circulando no estado. Um dos motivos para esse aumento, é devido ao crescimento das cidades urbanas e das cidades portuárias. Além disso, há o começo das Ligas, das Associações Literárias e, claro, dos Partidos Políticos. São eles que fazem as publicações das notícias e também discutem entre si, por exemplo, a Igreja com um determinado grupo social e/ou político.

A presença das mulheres na imprensa cuiabana no começo do século XX, era visto apenas nos olhares e escritas dos homens. Na visão deles, a mulher é mostrada com uma perspectiva de muitos pré-conceitos baseados em contexto social e histórico. O comunicador social Otávio Bandeira de Lamônica Freire afirma que sobre as mulheres à imprensa da época,

(...) ressaltavam a domesticidade e a docilidade do caráter feminino. Reforçavam valores relacionados à obediência, à dedicação, à submissão. Louvavam a filha obediente, a esposa carinhosa e submissa, a mãe dedicada, a dona de casa prezada e pressurosa. Criticavam a frivolidade, a vaidade, a emancipação feminina. (FREIRE, 2007, p. 40)

As organizações femininas literárias, como os grêmios, por exemplo, aos quais elas faziam a divulgação de seus artigos, suas crônicas e contos sob a ótica delas. Além de discutir os paradigmas da feminilidade, muitos periódicos e organizações se tornaram fonte de alternativa para que se reconhecesse os direitos políticos e sociais dessas mulheres.

As primeiras publicações femininas tinham muitos obstáculos. Uma dessas dificuldade era a questão da alfabetização do seu público-alvo (mulheres e homens). Porém, em razão dessa adversidade, isso acabava se tornando uma causa, e assim, sustentavam a promoção delas a educação por isso,

De um modo geral, as revistas femininas tinham uma vida curta, às vezes não ultrapassavam um ano de existência. Tinham um público reduzido, porque eram poucas as mulheres alfabetizadas. Elas, nessas revistas, defendiam o acesso a escola com vistas ao aperfeiçoamento do papel feminino de mãe e esposa. Era comum as redatoras dos jornais femininos assinarem suas matérias com um pseudônimo masculino. (ABREU, 2008, p. 49)

Neste sentido, cabe trazermos a esta seara, Norma Telles ao dizer que,

A leitura é o que transforma em obra as letras, frases e enredos. E a leitura é sempre determinada pelo lugar ocupado por um leitor na sociedade, num dado momento histórico. Portanto, é feita através do crivo de classe, raça ou gênero. Essas mesmas noções, de classe, raça e gênero são mutáveis e construídas no decorrer da história. Sendo assim, cada romance é um local de interseção de toda uma teia de códigos culturais, convenções, citações, gestos e relações. Durante o período da Revolução Francesa, alguém que soubesse ler lia para os outros nas tabernas. No século XVII, na Inglaterra, um operário que soubesse ler lia para os companheiros à saída das fábricas ou oficinas. Mas no século XIX já se estabelece uma mudança no público leitor. Ele se torna muito maior e se constitui, em grande parte, de mulheres burguesas. (TELLES, 2004, p. 402)

O início do século XX, foi um momento muito importante para que surgisse na imprensa os periódicos femininos e feministas. O surgimento se dá devido ao crescimento das cidades, do processo de industrialização e por causa da criação das escolas primárias públicas que pretendiam alfabetizar tanto a mulher quanto o homem e, claro, pelas alterações na estrutura do país por causa da República que trouxe mudanças na economia e o crescente processo de modernização das cidades brasileiras.

Ao levarmos o jornal e a revista para discussão percebemos que as redatoras e os redatores de ambos os meios de comunicação se põem num lugar de autores e personagens que produzem e reproduzem pensamentos, valores, ideias de uma época.

### **O PORTA-VOZ DE DEUS: O JORNAL A CRUZ E SEU COMBATE À IMORALIDADE**

O jornal *A Cruz* foi fundado no ano de 1910. Foi durante o episcopado do maranhense Carlos Luiz D'Amour que começou a circulação do jornal. A sua circulação, com exceção do primeiro ano, era feita de forma semanal e circulou entre 1910 e 1969. D'Amour com a fundação do jornal propagou os ideários da fé católica.

As publicações do periódico eram como uma espécie de porta-voz da igreja, dando orientações à sociedade cuiabana. O jornal *A Cruz* ditava sobre comportamento, costume e hábito dos cuiabanos. Já em sua primeira publicação, o jornal evidenciava o intuito da Igreja, ao dizer que

[...] A Cruz synthetiza toda uma historia, a do christianismo; indica um programma de presente; prophetiza uma Victoria de futuro. Sem outras preocupações, a não ser os interesses catholicos, visa entrar nas famílias de nossa sociedade, levando uma palavra franca que poderá ser lida pelos grandes e pequenos, pelos doutos e ignorantes, revestida sempre de modéstia e sinceridade, esclarecendo idéas, ensinando princípios vinte vezes seculares e inabaláveis, cujas victorias se enumeram pelos combates dos ímpios adversários. E necessitamos, na verdade, de um órgão catholico, e fracamente catholico! (*A CRUZ*, ed. 01, 1910, p. 01)

A Igreja viu a imprensa como uma ferramenta não só privilegiada como também eficiente na formação de opinião da população. Quando o jornal foi criado já havia sido criada em Mato Grosso, na primeira metade do século XIX a imprensa. Quanto a isso, o historiador Daniel Freitas de Oliveira destaca que

O aparecimento do periódico marcou o início da imprensa católica em Cuiabá e está relacionado às disputas pelo mercado de bens simbólicos entre a Igreja Católica e as novas religiões e ideologias que buscavam alargar sua presença e conquistar novos adeptos no Brasil desde o final do século XIX. O mercado religioso em Cuiabá tornou-se mais competitivo, diversificado e complexo, exigindo uma ofensiva diante desse novo cenário. Havia também exigências e pressões da hierarquia eclesiástica e da Santa Sé pela expansão da boa imprensa no Brasil (OLIVEIRA, 2016, p. 12).

A *Cruz* foi de uma importância enorme quanto a seu papel de comunicador perante a cuiabania. O jornal foi um dos mais longos que circularam na cidade (1910-1969). O mesmo era rodado no Seminário Episcopal de Cuiabá e era um órgão da Liga Social Catholica Brasileira do estado. A Liga era formada pelos católicos cuiabanos. A mobilização desse grupo católico era para defender a Igreja e a pessoa do bispo, além de espalhar a doutrina católica.

As publicações do periódico tinham quatro páginas e os seus escritos traziam notícias sobre a cidade de Cuiabá e outras cidades de Mato Grosso, de outros estados e até mesmo de outros países. Nas publicações tinha também as felicitações de aniversário e casamento. Ainda tinha notas dos falecimentos, das festas religiosas e também anúncios comerciais. As edições difundiam os valores cristãos, bem como a boa conduta, principalmente, para as mulheres. (SOUZA, 2019, p. 27)

Nesse sentido, as historiadoras Tânia Zimmermann e Ana Carolina Oliveira Carlos refletem que a representação da mulher pelos jornais e dizem que a figura feminina tem que ser devota a família e que não deve ter outras perspectivas além do matrimônio. Por isso, elas afirmam sobre essas notícias dos jornais sobre as mulheres,

[...] que eram direcionadas ao público feminino tinham por objetivo principal criar estereótipos de uma conduta moral e cristã-católica imposta com rigor pela Igreja, que as mulheres cuiabanas/mato-grossenses teriam de exercer severamente. As funções atribuídas a essas mulheres e que estavam associadas a uma postura moral-religiosa eram baseadas no desempenho de papéis restritos ao espaço doméstico e privado no interior das famílias, como os de dona-de-casa, mães e esposas (ZIMMERMANN; CARLOS, 2013, p.44).

A Igreja sendo a condutora dos bons costumes, reverencia o papel da mulher ideal. Roger Chartier diz que “Inscrita nas práticas e nos fatos, organizando a realidade e o cotidiano, a diferença sexual (que é a sujeição de umas e dominação de outros), é sempre construída pelo discurso que a funda e legitima” (CHARTIER, 1995, p. 44).

Corroborando com o pensamento de Chartier, *A Cruz* faz uma publicação sobre a conduta da mulher em uma edição 913 de 1930 que diz

[...] Certos braços e pernas nuas, certos vestidos transparentes, não condizem a mulheres honestas e sim a... perdidas[...] Os chefes de governo e todos aqueles que se ocupam do futuro dos povos, levantam a vez para combater o triste exibicionismo feminino. (A CRUZ, ed. 913, 1930, p. 02)

Para *A Cruz*, o papel da mulher na sociedade cuiabana é de que ela seja o modelo de boa conduta além de detentora da honra.

Reforçando ainda mais o posicionamento do jornal que o mesmo da Igreja, eles fazem uma publicação em 18 de outubro de 1925 sobre a mulher e a religião

[...] Si, de uma parte, força é reconhecer que a função social da mulher é muito mais profunda que a do homem, pois é ella que começa a formar o proprio homem, na sua

estructura physica ou moral, por outro lado, quem poderá negar a intima correlação que liga a idea da Religião á da mulher, a mais pura e constante servidora dos mais nobres ideaes humanos? [...] O Catholicismo é a mais alta expressão do culto da mulher, elevando-a á gloria dos altares, nessa estupenda legião de virgens e de martyres que lhe enchem os agiólogos,, soerguendo-a da misera condição em que a viera achar na legislação romana a posição juridica e moral que hoje desfructa em todos os paizes cultos; operando na magnifica instituição da familia, a verdadeira redempção feminina, que os falos amigos da mulher deturpam sob os véos de uma igualdade de sexos que a propria natureza repelle e viria, ao contrario, descer do seu pedestal a nobre companheira do homem, erigindo-a em sua inimiga e concorrente. Vós, minhas gentis patricias, que bem representaes o espirito tradicional de nossa gente, a alma viva e colorida de nossas lendas, a belleza virginal e creadora de nossa natureza, estaes talhadas para a jornada homerica que emprehendestes e não ha recuar no caminho, pois que bem sabeis que Deus semeia de difficuldades as entradas do Bem e só as do malsão largas, faceis e veludasas. (A CRUZ, ed. 697, p. 01)

Percebemos, através dos excertos acima, que para a Igreja, o ideal era ser boa esposa, boa mãe e boa dona de casa, pois essas são as maiores virtudes que uma mulher poderia oferecer à família. Entendemos também, que todo o discurso do jornal era, de certa maneira, legitimado não só pela Igreja como também pela sociedade culturalmente construída na perspectiva patriarcal.

Proteger a divisão dos papéis sociais para a Igreja colabora para que esse cenário de ‘ordem social’ se mantenha perante a submissão da figura feminina. Assim, compreendemos que o periódico *A Cruz* executa o seu papel numa vã tentativa de reprimir as transformações que estão em iminência, em especial, as mudanças para as mulheres.

## PEQUENA REVISTA, GRANDES MULHERES

A Revista *A Violeta* surgiu na cidade de Cuiabá no ano de 1916. A sua primeira edição tinha somente oito páginas. A cerimônia de inauguração foi no dia 24 de dezembro de 1916 no salão nobre do Palácio da Instrução que ficava localizado no centro de Cuiabá.

A revista era formada somente por mulheres mato-grossenses. Elas eram jovens normalistas e senhoras e senhoritas apreciadoras da cultura e elas a denominavam como ‘pequena revista’ devido ao seu tamanho (15,5 x 22,5 cm), porém ‘pequena’ passa longe dos assuntos abordados por ela. Assim, a mulher cuiabana era o seu público alvo.

Ela circulou na cidade durante 34 anos. De acordo com a jornalista Laís Costa, *A Violeta* se tornou o segundo periódico feminino com mais tempo em atividade ininterrupta no país e o principal meio de divulgação não só das causas femininas como também feministas do estado durante o século XX. (COSTA, 2014, p. 09)

A inauguração da *A Violeta* demarcou, em definitivo, a entrada feminina na imprensa mato-grossense e também promoveu a construção da representação dessas mulheres cuiabanas que até

então eram consideradas apenas do lar e o nascimento delas para a emancipação. De acordo com a linguista Yasmin Nadaf,

Seus assuntos se estenderam à política, à história, ao feminismo, à religião, à moda para mulher, à culinária, a campanhas educativas, de higiene e de saúde, a registros da sociedade matogrossense, e outros, ainda que o estatuto do Grêmio Literário “Júlia Lopes”, ao qual estava tutelada, tenha estabelecido, no início de sua circulação, que ela não deveria tratar de “questões políticas, religiosas e animosidades particulares”. (NADAF, 1993, p. 38)

A revista se denomina como ‘Orgam do Grêmio Literário Julia Lopes’ e foi criada em 26 de novembro de 1916, porém a sua inauguração aconteceu apenas um mês depois, no dia 25 de dezembro. Na ocasião, como citado acima, a celebração da cerimônia inaugural, ocorreu no Palácio da Instrução.

As publicações da revista serviam como um meio de difundir o direito das mulheres, como o voto. Defendendo o direito da mulher em se profissionalizar, Maria Dimpina escreve na edição 113 de 1924: “A mulher[...] deve trabalhar e, só sahirá da sua inferioridade pelo trabalho e só trabalhará si fôr preparada” (A VIOLETA, ed. 113, 1924, p. 02). Sobre o direito da mulher a historiadora Ana Maria Marques alega que

[...] engajamento das mulheres ao feminismo passava pela ideia de que era preciso profissionalizar outras mulheres para o trabalho doméstico – não se cogitava a divisão de tarefas domésticas com os homens. Aliás, as “serviçais” bem preparadas manteriam a casa sem prejuízo ou perda daquela harmonia que “só as mulheres” podiam trazer ao lar (MARQUES, 2011, p. 14).

Como já mencionado a revista era composta pelas jovens normalistas e pelas mulheres letradas. Algumas delas pertenciam a famílias tradicionais, por isso, havia uma aceitação da sociedade que era tomada pelos discursos masculinos. A defesa dos direitos femininos era, de certo modo, contrário a àquilo que se esperava delas. Os espaços das mulheres e dos homens já eram ‘pré-determinados’ pela ordem social que era comandada pela figura masculina.

Para a mulher era o título de ‘rainha do lar’ (esfera privada) enquanto o título do homem era o de provedor (esfera pública). Como afirma Perrot, “para os homens, o público e o político, seu santuário. Para as mulheres, o privado e seu coração, a casa” (PERROT, 1998, p. 10). Bourdieu diz que, “o mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizantes” (BOURDIEU, 2007, p. 10). A ordem social é forte e se mostra como uma grande legitimadora dos papéis. Para Scott, “[...] o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. Seria melhor dizer: o gênero é um campo primário no qual, ou por meio do qual, o poder é articulado”. (SCOTT, 1995, p. 88)

O ensinamento cristão era forte nas edições da revista, devido as formações salesianas de suas editoras. A religião, por ser muito arraigada a elas, muitas vezes se sobressaía sobre a sua condição

de mulher, ou seja, aquilo que era defendido por aqueles que legitimavam os papéis. Já em uma primeira leitura do discurso da revista, percebemos que não há um grande embate entre elas e o jornal *A Cruz* e também com a sociedade majoritariamente masculina, sendo isso, reflexo da religiosidade delas. Não podemos deixar de citar aqui, que esse reflexo da religiosidade por parte daquelas que eram membros ou não da revista, deve-se ao fato de que, em sua maioria, elas eram mulheres brancas, de classe média/alta. Por serem em sua maioria letradas, nesse ponto não há grandes discussões entre a revista e o jornal.

Mesmo inseridas nos comportamentos da época, a revista atua como uma grande difusora dos direitos femininos e a sua defesa numa sociedade onde o homem comandavam. Na imprensa, a revista valorizava a mulher e a coloca como representante dos espaços (privado e público). Além disso, na imprensa, buscou afrontar a ignorância e lutou pela educação e pela profissionalização das mulheres. Numa publicação feita em dezembro de 1927, Maria Müller na crônica destaca que “[...] órgão da única associação literária feminina em nosso estado, e, si motivo nenhum á benemerencia tivesse, esse de ser a iniciadora do feminismo, essa inquebrantavel energia que a tem sustentado através as vicissitudes, bastaria para sagral-a” (*A VIOLETA*, ed. 152, 1927, p. 02).

A revista *A Violeta* surgiu 19 anos após a primeira revista feminina de Mato Grosso, *O Jasmim*. Ao contrário de sua sucessora, *O Jasmim* teve uma vida extremamente curta por não ser aceita pela sociedade local, ela circulou entre os anos de 1897 e 1898. Leonor Galvão esteve à frente da redação e ela por ter um discurso alinhado ao movimento feminista mais fervoroso, logo a imprensa local masculina e se movimentou para que *O Jasmim* saísse de circulação.<sup>4</sup>

O Grêmio ‘Júlia Lopes’ era constituído por sócias que eram tanto contribuintes quanto benfeitoras. Quem fosse contribuinte pagava um valor mensal de 2\$000 e as benfeitoras pagava valores superiores 50\$000. As primeiras recebiam as edições da revista de modo gratuito, enquanto as segundas, pagavam pelas edições.

A composição do grêmio literário era bem diversa. Na sua organização não tinha apenas as normalistas, tinha também funcionárias públicas, jornalistas, escritoras, professoras. Além disso, agremiava também mulheres que vinham das artes, como Zulmira Canavarros e Dunga Rodrigues. (ARRUDA, 2019, p. 53)

---

<sup>4</sup> Sobre a revista *O Jasmim* ver: FREIRE, Otávio Bandeira De Lamônica. *Revista A Violeta: um estudo de mídia impressa e gênero*. Dissertação pelo Programa de Mestrado em Comunicação, Cultura Midiática e Grupos Sociais. Universidade Paulista-UNIP. São Paulo, 2007; e Costa, Eliete Huguene de Figueiredo. *Revista A Violeta: a verbo-visualidade e o entrecruzamento de vozes*. 2016. 290 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

As redatoras da revista *A Violeta* estavam rodeadas dos homens letrados e influentes da cuiabania. Diversas delas eram esposas, irmãs, filhas desses homens que pertenciam à esfera pública. Exemplo disso, temos Maria Arruda Müller. Por causa do meio que viviam, fez com que essas mulheres se sentissem à vontade em estar ali, além disso, os discursos da revista não contrariavam a àqueles que as aceitavam.

É relevante destacarmos que ainda que muitos dos seus escritos terem um tom mais moderado em relação ao feminino, elas não são mártires e sim, estrelas, heroínas de suas vidas e de suas histórias. Aqui cabe destacarmos Heleieth Saffioti para que possamos falar sobre questão de classe. Em seu livro intitulado “*A mulher na sociedade de classe: mito e realidade*” ela fez um dos primeiros estudos da área gênero, em final da década de 1960 com uma tese que mais tarde viria a ser publicada em forma de livro, com o título de acima mencionado. Nessa obra, em específico, Saffioti aborda como as mulheres estão ocupando os seus papéis dentro da sociedade, como em um momento ela parece estar inerte e ao mesmo tempo ela a frente, fazendo o seu papel de mulher e enfrentando a estrutura patriarcal. Assim, dizemos que num dado momento elas se resignam e em outros elas impulsionam revoluções.

Para corroborar com este posto da obra de Saffioti, nos voltamos, mais uma vez, a Michelle Perrot. As mulheres utilizam da escrita, da imprensa, da literatura para ocuparem os seus lugares e não deixam de serem políticas e de terem a suas funções sociais. Perrot fala que a escrita, mesmo realizada no meio privado, ela ultrapassa esse meio e adentra ao meio público e que,

[...] Uma mulher, na intimidade de seu quarto, pode escrever um livro ou um artigo de jornal que a introduzirão no espaço público. É por isso que a escritura, suscetível de uma prática domiciliar (assim como a pintura), é uma das primeiras conquistas femininas, e também uma das que provocaram mais forte resistência. (PERROT, 1998, p.10.)

Deste modo, percebemos que com a chamada ‘imprensa feminina’, elas passaram a cada vez mais a ter seu espaço público conquistado. Mesmo não só com essa conquista, mas como outras também que aconteceram com o passar do tempo, elas não deixaram de ser boas mães, boas esposas e boas ‘rainhas do lar’.

## **A INVENÇÃO SOCIAL DA REPRESENTAÇÃO DO FEMININO**

As mulheres estavam sempre sob o julgamento dos conservadores – não apenas do jornal – para que elas tivessem um bom comportamento e que executasse o seu papel. Devido a modernidade que se instalava era necessário que houvesse um discurso que colocasse disciplina, e assim, as mulheres não se descuidassem de qual era a sua real incumbência: a de ser uma boa esposa, conseqüentemente, boa rainha do lar e, por fim, da boa mãe amorosa e dedicada.

De acordo com Ana Maria Marques, “A *Violeta* é parte de uma prática cultural que instaurava um reconhecimento social entre escritores(as) e leitores(as)” (MARQUES, 2011, p. 16). Para Otávio Freire “o fazer a revista não era visto tão somente como ofício, como profissionalismo na imprensa escrita. Era mais que isso. Era visto pelas mulheres que a faziam como protagonismo”. (FREIRE, 2007, p. 33). As redatoras da revista traziam, à maneira delas, comportamentos contrários àquilo que se era esperado que as mulheres tivessem, afinal, estamos falando de mulheres que tinham vida pública por meio do associativismo e da escrita entre o período de 1916 a 1934. O papel social enunciado para a mulher era voltado para o lar e tendo como um de seus afazeres o cuidado com os filhos. Com isso, percebemos que na sociedade cuiabana havia espaços que eram determinados para as mulheres e outros para os homens. A elas era determinado o espaço privado – o lar – e aos homens era determinado o espaço público – político –, assim, dessa maneira, tendo uma dominação masculina e uma divisão sexual.

Por isso, as mulheres tinham seu papel social definido. Elas deviam ser doces, femininas, zelosas, além disso, elas não podiam ter comportamentos agressivos, pois esses comportamentos não são natos delas. Além disso, fica evidente que como essa divisão sexual predominava no comportamento da sociedade e de certo modo, ainda continua presente em nossos dias.

Embora a discussão de raça não faça parte deste artigo, não podemos deixar de nos indagar, qual a mulher devia ter essas características e comportamento? Esse comportamento era esperado de todas as mulheres? As mulheres brancas, negras, pardas eram vistas da mesma maneira pela sociedade? Para tentarmos responder à esses questionamentos, recorreremos a Ochy Curie que diz que

A interseccionalidade refere-se ao reconhecimento da diferença entre categorias cruzadas, onde raça e gênero, por exemplo, apresentam-se como eixos de subordinação que em algum momento se separam, com algum nível de autonomia, mas que estão interseccionados. [...] Além disso, o conceito pouco questiona sobre a produção dessas diferenças presentes nas experiências de muitas mulheres, principalmente mulheres racializadas e empobrecidas. Assim, ele tende a um multiculturalismo liberal que deseja reconhecer as diferenças, incluindo-as em um modelo diferente, mas que não questiona as razões para a necessidade dessa inclusão. [...] Uma posição decolonial feminista significa entender que tanto a raça quanto o gênero, a classe, a heterossexualidade etc. são constitutivos da episteme moderna colonial; elas não são simples eixos de diferenças, são diferenciações produzidas pelas opressões, de maneira imbricada, que produzem o sistema colonial moderno. (CURIEL, 2020, p. 132-133)

Nos voltado mais uma vez a Margareth Rago, ela diz que, ao contrário do homem, que sempre esteve presente na esfera pública, a mulher tinha que estar atenta ao seu comportamento e as suas vestes para que ela não fosse “confundida com a figura dissoluta, excêntrica de prostituta, “mulher pública”” (RAGO, 1991, p. 8. 39-40). Rago diz ainda que,

Nas entrelinhas dos discursos que advertiam as senhoras contra os usos exagerados dos perfumes, das joias, das roupas decotadas, pairava a ameaça latente da

identificação com a cortesã. A “mulher pública” era visualizada como a que vendia o corpo como mercadoria: como vendedora e mercadoria simultaneamente. Como a mulher que era capaz de sentir prazer, que era lugar de prazer, mesmo sem amar, ou sem ser amada. Ela simbolizava, assim, a fragmentação do sujeito moderno e a separação radical entre o erótico e o amor. (RAGO, 1991, p. 38)

Não podemos deixar de destacar, que o discurso do médico se propaga como se fosse uma espécie de verdade absoluta. Ao responsabilizar a moda como causadora das doenças a fala está ancorada em fatores como na medicina social, no biopoder e na biopolítica<sup>5</sup>, sendo estas consideradas as verdadeiras ciências. O discurso do médico científico é a ponte para que eles estejam presentes na sociedade e atuando como uma espécie de controle dos aparelhos econômicos, políticos e religiosos. Dessa forma, atuando também sobre a formação da conduta dos sujeitos, bem como, de seus corpos. (FOUCAULT, 1979).

O pensamento médico vigente somado ao ideário religioso fazia com que o argumento de que a mulher era designada, devido ao fator genético a ocupar o seu ‘espaço exclusivo’, que é o de boa esposa e de boa mãe.

O casamento é outra instituição que estabelece o papel social da mulher. Ele surge por meio da Igreja “por intermédio de um discurso sobre a moral conjugal e a indissolubilidade do casamento e pelo Estado, o casamento cristão decorreu da necessidade de a elite dominante assegurar seus direitos patrimoniais”. (PERARO, 2005 Apud SOUZA, 2019, p. 59)

O Decreto nº 181 de 24 de janeiro de 1890<sup>6</sup> que instaurou o casamento civil e o divórcio no país. O decreto foi o primeiro dispositivo de separação entre o Estado e a Igreja. O divórcio é promulgado pelo Decreto no 181 ao qual estabelecia as ‘regras’ para que o mesmo aconteça:

O pedido de divorcio só póde fundar-se em algum dos seguintes motivos: § 1o Adulterio; § 2o Sevicia, ou injuria grave; § 3o Abandono voluntario do domicilio conjugal e prolongado por dous anos contínuos; § 4o Mutuo consentimento dos conjuges, si forem casados ha mais de dous anos. (Decreto no 181 de 24 de janeiro de 1890, Capítulo IX: Do divórcio, art. 82.)

Nessa seara, temos em Cuiabá – além do jornal *A Cruz* – duas vozes proeminentes que discutem sobre o divórcio: Maria Dimpina, utilizando o seu pseudônimo de Arinapi, sendo contrária ao divórcio e Andradina de Oliveira, uma intelectual, escritora e feminista que esteve na cidade entre os anos de 1917 a 1919<sup>7</sup>.

<sup>5</sup> A biopolítica e o biopoder têm o objetivo de criar na vida de uma determinada população, corpos economicamente ativos e politicamente dóceis, usando de uma forma de controle, que ao mesmo tempo seduz e conquista o indivíduo que permeia em todos os momentos de sua vida. Para saber mais sobre biopolítica e biopoder, ver as obras como “Vigiar e Punir” e “Microfísica do Poder” do filósofo francês Michel Foucault. Ambos os termos foram criados e estudados por ele.

<sup>6</sup> O decreto está disponível para leitura no site: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-181-24-janeiro-1890-507282-norma-pe.html>>. Acesso em 29 maio de 2023.

<sup>7</sup> O jornal *A Cruz* fez uma nota de boas-vindas à cidade para Andradina e sua filha Lola. *A Cruz*, 25 de novembro de 1917, p.02.

A Escritora Andradina de Oliveira publicou no ano de 1912, a obra “Divórcio?”. Para muitos, ela era considerada uma transgressora por defender o divórcio. De acordo com ela, “O divórcio é, afinal, uma questão de urgente atualidade brasileira e que, dia a dia, se impõe, sem que haja do direito de alguém furtar-se e encará-la de face, positivamente. E mais cedo ou mais tarde vencerá” (OLIVEIRA, 1912). Apesar dos embates sobre o divórcio, o mesmo só foi ‘aprovado’ no ano de 1977, por meio da promulgação da Lei nº 6.1515, de 26 de dezembro<sup>8</sup>.

A revista *A Violeta*, por intermédio de Arinapi/Maria Dimpina, em sua edição de 31 de outubro de 1926, fez uma crítica ao divórcio. Na sessão da crônica, é onde a revista tece a crítica,

Sahiria fóra do seu programma a "A Violeta" si deixasse de tratar, si se calasse, sobre o importante assumpto que voltou á baila novamente na Camara dos Deputados – a questão do Divórcio. sahiria fóra do seu programma calandose, porque, nos propuzemos, a par dos nossos ensaios na vida jornalística, trabalhar pelo progresso moral e intellectual da mulher. Ora, a lei a que me refiro e como a querem alguns, desmorona os alicerces de muitos lares ou vêm destruir muitos lares pelos alicerces. [...] É de lamentar que dois entes que venceram todos os obstaculos e barreiras possiveis afim de se unirem pelos laços matrimoniaes, cheguem um dia, talvez com muitos annos já de vida feliz ou soffrivelmente feliz (seja-me permitida esta hypothese) cheguem á conclusão da tal incompatibilidade de genios afim de posa livremente, tomar outro estado, de novo ir viver com outro ou outra que afinal de contas não levará tambem a certeza de ter o genio compatível para assegurar uma nova felicidade. (A VIOLETA, ed. 141, 1926, p. 01)

Entendemos que, os discursos que eram direcionados às mulheres, em especial, às mulheres cuiabanas, fazem parte do processo do biopoder, da biopolítica. Seja pelo periódico *A Cruz*, seja pela revista *A Violeta* ou mesmo pelas ‘instituições’ do casamento e da família, todos os eles, são propagadores e executores de práticas e efeitos sobre a figura feminina.

A educação era uma das, senão, a porta principal para a emancipação da mulher. A educação delas era vista como necessária frente à sua função de rainha do lar. Já em sua primeira publicação, *A Violeta* destaca a importância da mesma para as mulheres dizendo que “Entre todos os problemas que temos em vista resolver, a educação da mulher ocupa um dos primeiros logares”. (A VIOLETA, ed. 01, 1916, p. 02)

A Igreja tinha o discurso de que o lugar social da mulher era reservado ao lar, com o cuidado e educação dos filhos, por mais que elas tivessem o consentimento a educação. Mesmo aquelas mulheres que não pertenciam a alta sociedade, tinham esse consentimento.

---

<sup>8</sup> A lei está disponível para leitura no site: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/16515.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16515.htm)>. Acesso em 29 de maio de 2023.

A docência era comum dentro do círculo das redatoras da *A Violeta*. Nomes como Maria de Arruda Muller, Bernadina Rich, Tereza Lobo, além da própria Maria Dimpina. A *Cruz*, sempre aos finais de cada ano fazia publicações exaltando o papel delas quanto professora.

O exercício da docência se mostrava ser uma esfera para as mulheres se emanciparem, pois nessa seara todos saíam no ‘lucro’, o Estado através da educação propagava seu ideário de ordem e progresso juntamente do agente civilizador e as mulheres o seu direito de trabalhar e de estarem presente na esfera pública, assim como os homens. Assim, houve uma propagação da ideia de que a docência era a profissão ‘perfeita’ para a mulher e que esse era o caminho caso ela quisesse trabalhar. Muitas das vezes, o discurso tinha respaldo dos próprios homens da família.

Assim, nos enveredamos, novamente, em Heleieth Saffioti que diz que,

Embora a mulher tivesse dado provas inofismáveis de sua alta qualidade enquanto trabalhadora, penetrando em massa nas fábricas, no ensino, no comércio e em outros setores da vida econômica, a Igreja católica insiste em colocá-la ao lado das crianças e em confiná-las aos trabalhos domésticos sempre que possível [...] O arquétipo do eterno feminino a reduz à condição de trabalhadora doméstica não remunerada, à socializadora dos filhos e à garantidora da prosperidade da família. (SAFFIOTI, 1976, p. 93)

Deste modo, temos que entender – ou ao menos tentar – que a mulher como um sujeito histórico que ela é, suportou a duras penas para ser condicionada socialmente e também ser submissa e controlada. Porém, com a união destas mulheres que queriam também fazer parte do social como é de direito, foi possível que mesmo numa sociedade que era – e continua sendo – machista, patriarcal, elas criassem e encontrassem o seu próprio espaço.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando, ainda, os discursos entre *A Violeta* e *A Cruz*, percebemos que mesmo próximas em certos aspectos, ambas possuem as suas diferenças. São nessas diferenças que versam os seus discursos. Observamos também que como o biopoder e a biopolítica atua no corpo feminino, de como esse corpo é freado, contido, sufocado e limitado. A igreja, por meio do jornal, difunde e executa a implicação do poder sob o corpo feminino.

A revista mesmo sob o preceito da sua doutrina cristã, dita por meio de seu discurso de que a mulher pode ocupar o lugar que ela quiser, que ela não precisa ficar restrita apenas ao espaço privado. Podemos concluir, assim, que a revista *A Violeta* tem em seu discurso, que as mulheres possam ser educadas para ela tenha algum tipo de profissão que seja além daquela que era esperada por ela. Enquanto o jornal *A Cruz* se limitava ao discurso sobre as normas de comportamento sob o julgo do cristianismo.

O jornal *A Cruz* se mostrou como um meio de comunicação que queria preservar os dogmas católicos, porém a República intimidada nesse sentido. Já a revista *A Violeta* é um meio de comunicação diferente, pois o seu intuito não era fazer desagravos e sim cultivar as letras femininas e patricias. A imprensa tem uma função de grande relevância na formação de opinião, uma vez que a mesma produz sentidos e saberes.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Alzira Alves de. *Mulheres e imprensa: passado e presente*. In RIBEIRO, Ana Paula Goulart; Herschmann, Micael (Org.). *Comunicação e História. Interfaces e novas abordagens*. Rio de Janeiro: Mauad, 2008.
- ARRUDA, Geisa Luiza de. *Profissionalização feminina em Cuiabá: uma análise das narrativas da revista A violeta e do jornal A Cruz (1920-1930)*/ Geisa Luiza de Arruda. 2019. 159 fl.
- BOLONHEZI, Camilla Samira de Simoni. *A eugenia no Brasil como um elemento de uma cultura política autoritária*. In: XVIII Encontro Regional de História da ANPUH-PR, Nação, Povos e Territórios - Configurações e Reconfigurações. Foz do Iguaçu, 07 a 10 de Setembro de 2022 ISBN: 978-65-00-59140-8. Disponível em: <[https://www.encontro2022.pr.anpuh.org/resources/anais/14/anpuh-pr-erh2022/1662480761\\_ARQUIVO\\_e0ac115ff3102188c8ac58c3656fbc2c.pdf](https://www.encontro2022.pr.anpuh.org/resources/anais/14/anpuh-pr-erh2022/1662480761_ARQUIVO_e0ac115ff3102188c8ac58c3656fbc2c.pdf)>. Acesso em 06 de julho de 2023.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e história do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.
- CASTRO, Celso. *A Proclamação da República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- CHARTIER, Roger. *Diferenças entre os sexos e dominação simbólica*. *Cadernos Pagu* (4), 1995. p. 37-47. Disponível em: < <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1761/1816>>. Acesso em 03 de março de 2023.
- CURIEL, Ochy. *Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial*. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 121-138.
- FOUCAULT, Michel. *A microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- FRANCO, Gilmara Yoshihara. *Pelas páginas dos jornais: a imprensa e os embates pelo poder em Mato Grosso após a Proclamação da República*. In: XXVII Simpósio Nacional de História

Conhecimento histórico e diálogo social. Natal, RN 22 a 26 de julho de 2013, p. 01-16, p. 02-03.

Disponível em:

<[http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1370991813\\_ARQUIVO\\_ArtigoAnpuh2013corrigido.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1370991813_ARQUIVO_ArtigoAnpuh2013corrigido.pdf)>. Acesso: 03 de março de 2023.

FREIRE, Otávio Bandeira De Lamônica Freire. *Revista A Violeta: um estudo de mídia impressa e gênero*. Dissertação pelo Programa de Mestrado em Comunicação, Cultura Midiática e Grupos Sociais. Universidade Paulista-UNIP. São Paulo, 2007.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

LUCA, Tânia Regina de. A História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2010.

LUPPI, Sheila Cristina Alves de Lima. A eugenia e o projeto de aperfeiçoamento do povo brasileiro. 1900-1933. In: *ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História – Fortaleza, 2009*. Disponível em: <[https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772004\\_0b398079f34cbff978453633d8dbc159.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772004_0b398079f34cbff978453633d8dbc159.pdf)>. Acesso em 06 de julho de 2023.

MARIANI, Bethânia Sampaio Corrêa. Os Primórdios da Imprensa no Brasil (Ou: de como o Discurso Jornalístico constrói Memória) In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org). *Discurso Fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas, SP: Pontes, 2001, p. 31-42.

MARQUES, Ana Maria. O feminismo nas narrativas de mulheres da revista A Violeta – Cuiabá: 1916-1950. *Revista Territórios e Fronteiras*. Cuiabá, v.4 n.1, Jan/Jul. 2011, p.03-17. Disponível em: <<https://periodicoscientificos.ufmt.br/territoriosefronteiras/index.php/v03n02/article/view/85>>. Acesso em: 04 de março de 2023.

MARTINS, Vanderlei. Direito e Cidade. O Positivismo Ilustrado e a Cultura Jurídica Brasileira nos Grandes Centros Urbanos (1850/1900). *Revista de Direito da Cidade*, vol.07, no 02. ISSN 2317-7721 p.722-738, p. 227. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/16962/12770>>. Acesso em: 02 de março de 2023.

MESQUITA, José Barnabé de. *Gente e coisas de antanho*. Cuiabá: SMEC/DCT, 1978.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 28ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MORAES, Cibele de. *O episcopado de D. Carlos Luiz D'amour (1878-1921)*. Cuiabá, 2003. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Mato Grosso, 2003.

NADAF, Yasmin Jamil. *Sob o signo de uma flor: estudo da revista A Violeta, publicação do Grêmio Literário “Júlia Lopes” – 1916-1950*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1993.

OLIVEIRA, Andradina América de Andrade e. *Divórcio?*. 1912. Porto Alegre: Ediplat e Florianópolis: Editora Mulheres, 2007.

- OLIVEIRA, Daniel Freitas de. *O jornal A Cruz: imprensa católica e discurso ultramontano na Arquidiocese de Cuiabá (1910 – 1924)*. Dissertação de Mestrado pela Faculdade de Ciências Humanas, UFGD. Dourados, 2016.
- PERARO, Maria Adenir. Processos de divórcio: mulheres e família em Cuiabá, século XIX. In: BORGES, Fernando Tadeu de Miranda; PERARO, Maria Adenir (Orgs.). *Mulheres e Famílias no Brasil*. Cuiabá: Carlini e Caniato, 2005.
- PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.
- PERROT, Michelle. *Mulheres Públicas*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra: 1985.
- RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890 – 1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- SANTOS, Sérgio Ribeiro. *A inserção do protestantismo em Cuiabá na Primeira República*. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, 2010.
- SCOTT, Joan W. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. In: Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez., 1995.
- SOUZA, Valeska Bassi de. *Condição e subjetivação feminina por meio de jornais e processo de desquite em Cuiabá: entre a fêmea fatal e fatalidade (1916-1934)* / Valeska Bassi de Souza. –2019 155 f.
- TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997, p. 401-442.
- ZIMMERMAN, Tânia; CARLOS, Ana Carolina Oliveira. *Relações e representações de gênero no jornal A Cruz (1910-1915)*, de Mato Grosso. Ciências e Letras. Porto Alegre, n.54, jul/dez. 2013, p. 41-63, p. 44. Disponível em: <<http://seer3.fapa.com.br/index.php/arquivos>>. Acesso em: 06 de março de 2023.